D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 13 de junho de 2023. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XIX Edição Nº
1832

Infração Ambiental: Prefeitura de Mangaratiba embarga depósito de materiais da CCR na rodovia Rio Santos

Local apresentava risco iminente de poluição em área de proteção ambiental



A Prefeitura de Mangaratiba, através da Secretaria de Meio Ambiente (SMMA), embargou nesta segunda-feira (12) um depósito de materiais asfálticos da CCR RioSP, nas margens da Rodovia Rio Santos, em Mangaratiba. A ação foi realizada após a constatação de irregularidade ambiental em área de proteção permanente, com risco iminente de poluição em recursos hídricos e áreas de mangue. A interdição foi acompanhada pelo Deputado Estadual Luiz Claudio Ribeiro.

O embargo foi praticado após uma vistoria técnica das equipes de fiscalização ambiental da SMMA e do Grupamento de Proteção Ambiental da Guarda Municipal constatarem que os resíduos armazenados no depósito da CCR continham características asfálticas de natureza poluente, além de estarem alocados a apenas 7 metros de rios e de áreas de mangue. De acordo com a legislação ambiental vigente, a área mínima permitida para este tipo de armazenamento é de 50 metros.

Segundo com a Secretária de Meio Ambiente de Mangaratiba, Shayene Barreto, o embargo visa proteger os recursos ambientais e também, os moradores da cidade. Ela explicou o risco da atividade irregular da CCR.

"*Essa montanha de material contém poluentes que podem facilmente se espalhar pelos rios da região e também nos mangues, que são berçários da nossa biodiversidade. Basta uma chuva. E para além do risco de poluição, temos uma infração ambiental evidenciada. Pela lei vigente, esses resíduos deviriam estar, no mínimo, a mais de 40 metros de distância de onde foram colocados*", explicou.

Todos os procedimentos adotados pela SMMA serão informados ao IBAMA e demais órgãos de controle ambiental.

O Deputado Estadual, Luiz Claudio Ribeiro, acompanhou a ação de perto e afirmou que irá levar a questão até a comissão de meio ambiente da ALERJ.

"Não somos contra o desenvolvimento da cidade, mas, isso não pode ser feito sem responsabilidade, desrespeitando a natureza e o morador. Parabenizo a atitude da Prefeitura e vou levar essa discussão para a ALERJ e o Governo do Estado. Não podemos ser coniventes com um absurdo e risco desses na porta de casa. Nossa natureza é nosso maior patrimônio", disse.

D.O.M.

Diário Oficial do Município de Mangaratiba
*13 de junho de 2023 - Ano XIX - Nº **1832***

Atos da Prefeitura

EXTRATO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CURRAL DE APREENSÃO DE SEROPÉDICA LTDA – ME, E O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA–CONVÊNION°08/2023–PROCESSOADMINISTRATIVO Nº 6566/2023.
CONCEDENTE: CURRAL DE APREENSÃO DE SEROPÉDICA LTDA – ME
CONVENENTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Convênio tem fundamentação legal municipal 325/2001.
OBJETO: O presente Termo de Convênio tem por objetivo operacionalizar ações de apreensão, manejo e guarda temporária de animais apreendidos em logradouros públicos.
PRAZO: Dá-se o prazo de 02 (dois) anos.
DATA DA ASSINATURA: Mangaratiba, 01 de junho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO N° 57/2023– PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4153/2023– DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023 SMG - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
LOCADOR: AURÉLIO DOS SANTOS CARRIÇO
Fundamentação Legal: art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 8.245/91.
Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de imóvel à Praça Nossa Senhora da Guia, n° 141 – Centro, Mangaratiba/RJ, para instalação e funcionamento da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres, vinculada à Secretaria Municipal de Governo.
Prazo: O prazo da vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente instrumento contratual.
Dotação Orçamentária: n° 02.03.01.04.122.0019.2007.3.3.90.36.15.17040000.
Valor: Dá-se a este contrato o valor global de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).
Data da Assinatura: Mangaratiba, 02 de junho de 2023.

PORTARIA Nº 0810 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 170 /2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder ao servidor OTTILIA MARIA GUEDES MEDELLA, Professor II, Matricula nº. 10022, Nível "D" Referência "2. Aposentadoria Voluntaria por Idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e sem paridade, com fundamento no que dispõe o Art. nº. 78, I-III da Lei Complementar nº 33 de 08/10/2014, c/c Art. 40 § 1º, Inc. III, alínea "b" da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003), e quando ao calculo dos proventos, Art. 112,§1º-13 da LC 33/2014 c/c Art. 40, §1º III alínea b da CF/88(EC 41/2003), e quando ao reajuste o que dispõe o Art. 113 da LC 33/14 c/c Art. 40, §8º da CF/88(EC 41/2003) e Art. 56 §6º da Lei nº 05/91.Conforme abaixo discriminado:
Vencimento..... R$ 1.320,00
Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1469 de 12/12/2022.
2- 2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0811 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 169/2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder a servidora GILCEA FREITAS DA SILVA , Professor II, Matricula nº. 113, Nível "D" Referência "7". Aposentadoria Voluntaria por Tempo de Contribuição com proventos integrais e com paridade, com fundamento no que dispõe Art. nº. 107, incisos I-III da Lei Complementar nº 33 de 08/10/14, c/c o Art. 3º da EC 47/05 e o reajuste o que dispões o Art. 109 da LC 33/2014 e Art. 7º da EC nº 41/03. Art. 56 § 6º da Lei nº 05/91. Conforme abaixo discriminado:
Vencimento ..... R$ 4.720,72
Triênio(50%)..... R$ 2.360,36
Total..... R$ 7.081,08
Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1.469 de 12/12/2022.
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0812 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 203/2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:

Conceder ao servidor MANOEL CLAUDIO TAVARES DA SILVA, Professor II, Matricula nº. 058, Nivel "D" Referência "7". Aposentadoria Voluntaria

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais
Michel Eliziario Santos

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Antônio Carlos Aniceto

Procuradora Geral do Município
Juraciára Souza Mendes da Silva

Secretário Municipal de Administração
Braz Marcos da Silva Marques (cumulativamente)

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Marcio Sarguis Telhado

Controlador Geral do Município
Jacques Barbosa Pereira (cumulativamente)

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Habitação
Antonio Marcos Rodrigues Zichtl

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Ailton Soares Junior

Secretário Municipal de Transportes
Eduardo Estrela dos Santos

Secretário Municipal de Fazenda
Marcio Ferreira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Marcos Antonio Sousa de Oliveira

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Eduardo Ferreira Jordão

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Shayene Figueiredo Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Alex Brzeski Barbosa

Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Fernando Luis Mattos da Matta

Secretário Municipal de Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Trânsito
Evandro Ramalho da Silva

Secretário Municipal de Segurança
Bruno Soares da Silva

Secretário Municipal de Ordem Pública
Braz Marcos da Silva Marques

Secretário Municipal de Saúde
Mair Araujo Bichara

Secretário Municipal de Defesa Civil
Paulo Rogério Gonçalves Escarani

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Brena da Costa Maia

Secretário Municipal de Comunicação
Roberto de Castilho Barbosa

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Cecilia Ribeiro Cabral

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Sidney Marcello Filho

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba
Eduardo Estrela dos Santos (cumulativamente)

Presidente
Renato José Pereira

Vice Presidente
Nilton Santiago

1° Secretário
Josué dos Santos

2° Secretário
Doriedson Thimoteo da Costa

Vereadores:

Alessandro Portugal
Davi dos Santos Farias
Doriedson Thimoteo da Costa
Romulo dos Santos Nogueira
Hugo Dourado Graçano
João Fellippe de Souza Oliveira
Josué dos Santos
Emilson dos Santos Coelho
Rodrigo Santos Bondim
Nilton Santiago
Renato José Pereira
Wladimir da Conceição Pereira

por Tempo de Contribuição com proventos integrais e com paridade, com fundamento no que dispõe Art. nº. 107, incisos I-III da Lei Complementar nº 33 de 08/10/14, c/c o Art. 3º da EC 47/05 e o reajuste o que dispões o Art. 109 da LC 33/2014 e Art. 7º da EC nº 41/03. Art. 56 § 6º da Lei nº 05/91. Conforme abaixo discriminado:

Vencimento ..... R$ 4.720,72
Triênio(50%)..... R$ 2.360,36
Total..... R$ 7.081,08

Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1.469 de 12/12/2022.
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0813 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 146 /2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder a servidora MARIA LUIZA DE OLIVEIRA SOARES, Merendeira, Matricula nº. 2946, GFB- Classe II, NRV-III. Aposentadoria Voluntaria por Idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e sem paridade, com fundamento no que dispõe o Art. nº. 78, I-III da Lei Complementar nº 33 de 08/10/2014, c/c Art. 40 § 1º, Inc. III, alínea "b" da CF/88 (redação dada pela EC 41/2003), e quando ao calculo dos proventos, Art. 112,§1º-13 da LC 33/2014 c/c Art. 40, §1º III alínea b da CF/88(EC 41/2003), e quando ao reajuste o que dispõe o Art. 113 da LC 33/14 c/c Art. 40, §8º da CF/88(EC 41/2003) e Art. 56 §6º da Lei nº 05/91.Conforme abaixo discriminado:

Vencimento..... R$ 1.320,00

Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1469 de 12/12/2022.
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0814 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 168/2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder a servidora, CRISTINA SUZANO DA CRUZ, Professor II, Matricula nº. 186 Nível "D" Referência "7". Aposentadoria Especial do Magistério com proventos integrais e com paridade, com fundamento no que dispõe o Art. nº 75, Inc.I-III e Art. 76 § Único da Lei Complementar nº 33 de 08/10/14, c/c Art. 40, § 5º da CF/88 e Art. 6º da EC 41/03. Observando quanto ao reajuste o Art. 109 da LC 33/14 e Art. 7º da EC 41/03. Art. 56 § 6º da Lei nº 05/91, conforme abaixo discriminado:

Vencimento ..... R$ 4.720,72
Triênio(50%)..... R$ 2.360,36
Total..... R$ 7.081,08

Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1469 de 12/12/2022
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0815 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 180 /2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder a servidora TANIA LUCIA OLIVEIRA DO AMPARO , Professor II, Matricula nº. 894, Nível "D" Referência "6". Aposentadoria Voluntaria por Tempo de Contribuição com proventos integrais e com paridade, com fundamento no que dispõe Art. nº. 107, incisos I-III da Lei Complementar nº 33 de 08/10/14, c/c o Art. 3º da EC 47/05 e o reajuste o que dispões o Art. 109 da LC 33/2014 e Art. 7º da EC nº 41/03. Art. 56 § 6º da Lei nº 05/91. Conforme abaixo discriminado:

Vencimento ..... R$ 4.104,98
Triênio(50%)..... R$ 2.052,49
Total..... R$ 6.157,47

Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1.469 de 12/12/2022.
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0818 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 205/2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder a servidora DEISE MARY BRASIL DAS CONDEIAS Professor II, Matricula nº. 907, Nível "D" Referência "6". Aposentadoria Voluntaria por Tempo de Contribuição com proventos integrais e com paridade, com fundamento no que dispõe Art. nº. 107, incisos I-III da Lei Complementar nº 33 de 08/10/14, c/c o Art. 3º da EC 47/05 e o reajuste o que dispões o Art. 109 da LC 33/2014 e Art. 7º da EC nº 41/03. Art. 56 § 6º da Lei nº 05/91. Conforme abaixo discriminado:

Vencimento ..... R$ 4.104,98
Triênio(50%)..... R$ 2.052,49
Total..... R$ 6.157,47

Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1.469 de 12/12/2022.
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0819 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 209/2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder ao servidor JOSE LUIZ GARCIA DE SOUZA , Digitador, Matricula nº. 1301, GFB- Classe III, NRV-V". Aposentadoria Voluntaria por Tempo de Contribuição com proventos integrais e com paridade, com fundamento no que dispõe Art. nº. 106, incisos I-IV da Lei Complementar nº 33 de 08/10/14, c/c o Art. 6º da EC 41/03 e o reajuste o que dispões o Art. 109 da LC 33/2014 e Art. 7º da EC nº 41/03. Art. 56 § 6º da Lei nº 05/91. Conforme abaixo discriminado:

Vencimento ..... R$ 1.945,49
Triênio(40%)..... R$ 998,20
FGESP(FG-E) Incorporado..... R$ 550,00
Total..... R$ 3.493,69

Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1.469 de 12/12/2022.
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0871 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições

legais, e tendo em vista o Processo nº. 211 /2023 - PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder a servidora PATRICIA MARCELA ABREU LEANDRO, Professor II, Matricula nº. 996, Nível "D" referência "5". Aposentadoria por Invalidez Permanente, com proventos integrais e com paridade, com fulcro no que dispõe os Art. 62, § 1º - 4º e Art. 64, da Lei Complementar 33/2014 , c/c Art. 40, §1º, I da CF/88(redação dada pela EC 41/03) observando quanto ao calculo o que dispõe o Art. 110 da Lei Complementar 33/2014 c/c Art. 6º A da EC 41/03 e o reajuste o que dispõe o art. 109 da LC 33/14 c/c Art. 7º da EC 41/03, com validade a partir de 23/03/2023. conforme abaixo discriminado:
Vencimento ..... R$ 3.600,86
Triênio(40%)..... R$ 1.440,34
Total..... R$ 5.041,20
Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1.469 de 12/12/2022.
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

PORTARIA Nº 0816 DE 29 DE MAIO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº. 281/2023– PREVI Mangaratiba.
RESOLVE:
Conceder pensão por morte da ex-segurada aposentada, REGINA BRITO DE QUADROS, Merendeira, Matricula nº 640, GFB- Classe II, NRV- III a seu cônjuge ÊNIO CHEIRAN DE QUADROS. Óbito ocorrido em 24/04/2023, com base nos Art. nº 95 Inc.I, c/c Art. 96, Inc. I da Lei Complementar nº 33 de 08/10/14, c/c o Art. 40 § 7º, Inc. I da CF/88, e quanto ao reajuste o que dispõe o Art. 113 da Lei Compl. 33/14 c/c Art. 40, § 8º da CF/88, (redação dada pela EC 41/03), com data de validade a partir do óbito, ou seja, 24 de abril de 2023, conforme abaixo discriminado.
Vencimento .....R$ 1.302,00
Fundamentação:
1- O vencimento está fundamentado na Lei nº 1.469 de 12/12/2022.
2- O Adicional por tempo de serviço (triênio) está fundamentado no Art. 71, da Lei nº. 05/91.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 29 de maio de 2023.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA NORMATIVA NO 009/2023
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO no uso de suas atribuições;
Dispõe sobre os ordenadores de despesas do Fundo Municipal de Cultura de Mangaratiba e da outras providências:
CONSIDERANDO:
1. A Lei do Sistema Municipal de Cultura de Mangaratiba - Lei Municipal no 874 de 08 de Julho de 2013.
2. O art.40 Decreto Municipal no 4.508 de 30 de junho de 2021 que regulamenta o Fundo Municipal de Cultura.
RESOLVE:
Art 1º - Designar os funcionários citados, para a função de ordenadores do Fundo Municipal de Cultura;

NOME	MATRICULA	DESIGNAÇÃO
CECILIA RIBEIRO CABRAL	380	GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
MARCOS ROBERTO DA CONCEIÇÃO PEREIRA	333	DIRETOR FINANCEIRO

Art 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da sua publicação.

Mangaratiba 13 de junho de 2023.
CECILIA RIBEIRO CABRAL
Presidente da Fundação Mário Peixoto

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6449/2023
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL
DATA DA LICITAÇÃO: 29 de junho de 2023, às 09:00 horas.
LOCAL: A sessão realizar-se-á no Centro Educacional de Interatividade Digital – CEID, situado na Rua Coronel Moreira da Silva, n° 232, Centro, Mangaratiba - RJ, 23860-000.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta visando à Contratação de empresa para a "REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL CORONEL MOREIRA DA SILVA", mediante regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme projeto básico e orçamento detalhado em planilha e o cronograma físico financeiro, devidamente autorizado pelo Exmo Sr. Prefeito Municipal.
LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: O edital e seus anexos poderão ser adquiridos, mediante a apresentação do carimbo de CNPJ e a entrega de 01 (uma) resma de papel A4, junto a Comissão Permanente de Licitação (CPL), na Avenida Vereador Célio Lopes, n° 27, Centro, Mangaratiba-RJ, de segunda a sexta, das 8:00 às 16:00h e no site da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, Serviços/Licitações link: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/licitacoes . Dúvidas e esclarecimentos no email: cpl@mangaratiba.rj.gov.br ou cpl.licitacaomangaratiba@gmail.com.

Mangaratiba, 12 de junho de 2023.
Mariana de Vasconcellos Pontes Alves
Presidente CPL
Portaria 3333/2021

AVISO DE REVOGAÇÃO REFERENTE AO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022 - REMARCAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Mangaratiba através de seu Pregoeiro vem informar a Revogação referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2022 – Remarcação, tendo como objeto o Contratação de Empresa para a Aquisição de Equipamentos Permanentes para Atenção Especializada em Saúde, após solicitação da Secretaria Municipal de Saúde por motivo de conveniência e oportunidade de interesse público conforme Art. 49 da Lei Federal 8666/93.

Mangaratiba-RJ, 12 de junho de 2023.
Felipe de Castilho Barbosa
Pregoeiro
Port. 3340/2021.

PORTARIA N.º 0841 DE 12 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 3285/2021,
RESOLVE:
Destituir o(a) Senhor(a) MARCIO FERREIRA, código nº 73350, de responder cumulativamente pelo Cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE HABITAÇAO, Símbolo SM, a partir desta data.

PORTARIA N.º 0842 DE 12 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANTONIO MARCOS RODRIGUES ZICHTL, para exercer o Cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE HABITAÇAO, Símbolo SM, a partir desta data .

PORTARIA N.º 0843 DE 12 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DEBORAH VICTORIA HENRIQUE DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0844 DE 12 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LARISSA KELY RAIMUNDO VELLUDO, para exercer o Cargo de COORDENADOR DA DIVISAO ADMINISTRATIVA DA PGM, Símbolo CDR, do(a) PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0845 DE 12 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ALCIR CAMPOS DOS SANTOS, para exercer o Cargo de ASSESSOR GOVERNAMENTAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RELAÇOES INSTITUCIONAIS, com efeito retroativo a partir de 20 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 0846 DE 12 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) KALIL MAIA DE MIRANDA, para exercer o Cargo de ASSESSOR GOVERNAMENTAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RELAÇOES INSTITUCIONAIS, com efeito retroativo a partir de 20 de maio de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 12 de junho de 2023.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 847 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JULIO CESAR TAVARES DA SILVA, matrícula nº 10041, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEG, de ASSESSOR DE SERVIÇOS PUBLICOS, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS, com efeito retroativo a 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 848 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 10527, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEEE, de ASSESSOR DE VIGILANCIA DE SAUDE, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a 17 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 849 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) VICTOR AROUCA GOMES, matrícula nº 10078, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEE, de DIRETOR NIVEL I, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a 22 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 850 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LEANDRO RACCA, matrícula nº 3656, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGESP, de ASSESSOR REGIONAL DE SUPERVISÃO ESCOLAR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a 22 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 851 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) PAULA REGINA CANDIDO ARAUJO DA SILVA, matrícula nº 3772, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEE, de DIRETOR NIVEL I, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a 22 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 852 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ALLINE MOTTA LEAL PONTES, matrícula nº 10337,

para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEE, de DIRETOR NIVEL I, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a 22 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 853 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LETICIA DE MORAES LEITE CAMPOS, matrícula nº 3687, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGESP, de DIRETOR ADJUNTO NIVEL I, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a 22 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 854 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RICARDO FERREIRA DE MELLO, matrícula nº 10153, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEE, de CHEFE DISTRITAL DE EDUCAÇÃO, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a 22 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 0855 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0856 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DIANA DA SILVA PAIVA RAMO, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 24 de maio de 2023.

PORTARIA N.º 0857 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DEBORA TEIXEIRA DIAS, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0858 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DEBORA TEOFILO CORREA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0859 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RENATA BRAGA TEIXEIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0860 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANA CAROLINA PEREIRA GUIMARAES, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇAO SOCIAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 02 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0861 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CARLOS ALBERTO TEIXEIRA LIMA JUNIOR, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ORDEM PUBLICA, Símbolo ASSI, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PUBLICA, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0862 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ERCI OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇAO SOCIAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0863 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ROBSON MARQUES, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Símbolo ASSIII, do(a) GABINETE DO PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0864 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) GUSTAVO ADOLPHO DA ROCHA BUSSE, para exercer o Cargo de SUBSECRETARIO DE GABINETE, Símbolo SMA, do(a) GABINETE DO PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 02 de junho de 2023.

PORTARIA N.º 0865 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) EDISON RAMOS, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE GOVERNO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RELAÇOES INSTITUCIONAIS, com efeito retroativo a partir de 02 de junho de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 13 de junho de 2023.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA ADM N.º2091 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria nº 67/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) JOSE MIGUEL DE SOUZA RITA, matrícula n° 3318, da Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO, com efeito retroativo a 01 de junho de 2023.

PORTARIA ADM N.º2092 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria nº 68/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) MARCOS AURELIO DOS SANTOS, matrícula n° 214, da Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO, com efeito retroativo a 01 de junho de 2023.

PORTARIA ADM N.º2093 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria nº 66/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) SEBASTIÃO FELIX DE OLIVEIRA SOBRINHO, matrícula n° 204, da Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO, com efeito retroativo a 01 de junho de 2023.

PORTARIA ADM N.º2094 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria nº 69/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) CELSO ROBERTO DE MELLO, matrícula n° 9597, da Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO, com efeito retroativo a 01 de junho de 2023.

PORTARIA ADM N.º2095 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria nº 634/2022,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA, matrícula n° 10527, da Função Gratificada – Símbolo FGEG, de ASSESSOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com efeito retroativo a 17 de maio de 2023.

PORTARIA ADM. N.º 2108 DE 13 DE JUNHO DE 2023.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4595 de 12 de novembro de 2021,
RESOLVE:
Art.1º Designar DOUGLAS ARAUJO HOLANDA, SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTES, Cód. 78.430, CPF: 14899304773, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO e como Suplente RONNEY FERMIANO FERREIRA, COORDENADOR OPERACIONAL, Cód. 78.513, CPF: 13764490721, da Secretaria Municipal de Transporte, referente a contratação das Empresas abaixo relacionadas, oriundas do Processo Administrativo n°. 02249/2023:
• J&W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 16.631.485/0001-51, CONTRATO N°. 058/2023;
• TRM SOLUÇÕES LTDA – CNPJ: 21.427.040/0001-94, CONTRATO N°. 059/2023;
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 19 de maio de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 13 de junho de 2023.
Braz Marcos da Silva Marques
Secretário Municipal de Administração
Portaria 0751/2023

PORTARIA N.º 1122 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CLEYDE RAMOS FERREIRA GOMES, matrícula nº 1610, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL II, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1123 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MÁRCIA VIDAL DA SILVA, matrícula nº 1702, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de DIRETOR ADJUNTO DE

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL II, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1124 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) PATRICIA DA SILVA FREITAS, matrícula nº 3631, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL II, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1125 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RACHEL MARTINS BARRAL, matrícula nº 10033, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL II, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1126 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARIA DE FATIMA DA SILVA ALBUQUERQUE, matrícula nº 3232, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR TÉCNICO DO SETOR ADMINISTRATIVO, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1127 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CRISTIANE SANTOS PINTO DE FRANÇA, matrícula nº 2724, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de DIRETOR NÍVEL III, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1128 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ROSELI BRAULIO TEODORO, matrícula nº 10332, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAE, de DIRETOR NÍVEL III, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1129 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CAMILA SILVA MIRANDA, matrícula nº 2314, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR TÉCNICO DE AÇÕES EDUCACIONAIS, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1131 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LOURDES ALVES NICOMEDES, matrícula nº 3779, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGAA, de ASSESSOR TÉCNICO DE AÇÕES EDUCACIONAIS, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

PORTARIA N.º 1133 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ALBA DUMAS BARROS, matrícula nº 1825, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEE, de DIRETOR ADJUNTO DE GESTÃO PEDAGÓGICA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 22 de janeiro de 2021.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 1513 DE 28 DE JANEIRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CAMILA PINHEIRO FONTENELE MIRANDA, matrícula nº 1352, para exercer a Função Gratificada – Símbolo FGEEE, de ASSESSOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 28 de janeiro de 2021.
Alan Campos da Costa
Prefeito

GOVERNO DO ESTADO DO RIO JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito
PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

EDITAL N.º 010, DE 13 DE JUNHO DE 2023, DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS PARA AVALIAÇÃO MÉDICA E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais,torna pública a convocação para avaliação médica e apresentação de documentos, dos candidatos do **Concurso Público – SAÚDE,** realizado pela Prefeitura Municipal de Mangaratiba e, regido pelo Edital Nº 001/2021, de 30 de dezembro de 2021, parte integrante deste termo, na data e local discriminados abaixo.

1. LOCAL, DATA E HORÁRIO

LOCAL: POSTO DO INSS – Setor de Benefícios

Rua Rubião Junior, 20 Centro – Mangaratiba/RJ

1.1 DATA: 13 de julho de 2023

1.2 HORÁRIO: 08h ás 12h

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Os candidatos convocados deverão submeter-se ao Exame Médico Admissional ou a Exame Médico Específico (Pessoa com Deficiência (PcD)), que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames **a serem custeados pelo candidato convocado**. **Todos os exames complementares deverão ser laudados**, com validade de no máximo 120 (cento e vinte) dias.

2.2 A relação de exames encontram-se disponíveis no site Oficial da Prefeitura e no Diário Oficial do Município.

3. DOS DOCUMENTOS

3.1 Os candidatos convocados deverão apresentar originais e cópia. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

3.2 A relação de documentos encontram-se disponíveis no site Oficial da Prefeitura e no Diário Oficial do Município.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito
PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

4. DOS CANDIDATOS

4.1 CARGO: FATURISTA – Relação de vagas para Ampla Concorrência (AC)

NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
VITOR CAIRO DO ROSÁRIO	066763	06

4.2 CARGO: FISIOTERAPEUTA – Relação de vagas para Ampla Concorrência (AC)

NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
NATHALIA MORAES ABRANTES	071537	21

4.3 CARGO: TÉCNICO ENFERMAGEM – Relação de vagas para Ampla Concorrência (AC)

NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
DANIELLE DOS SANTOS	087948	77
ANNE CAROLINE DO REGO MENDES	051902	78

4.4 CARGO: MÉDICO CLINICO GERAL – Relação de vagas para Ampla Concorrência (AC)

NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ANNA BEATRIZ BESSA DE OLIVEIRA	064004	16

4.5 CARGO: MÉDICO PEDIATRA – Relação de vagas para Ampla Concorrência (AC)

NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MAX PAULO BIANCHINI MAGALHAES DE CARVALHO	066763	11

/mgrv

GOVERNO DO ESTADO DO RIO JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito
PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 O candidato convocado que **não se apresentar no local e data ou prazo estabelecido**, na convocação, bem como o não atendimento a todos os pré-requisitos associados aos cargos públicos, **será eliminado do Concurso.**

5.2 Os candidatos de posse dos exames clínicos solicitados **deverão comparecer no dia, hora e local** designado quando da convocação para a apresentação dos Exames Médico Admissional.

5.3 A Prefeitura Municipal de Mangaratiba/RJ, poderá solicitar outros documentos complementares,**caso haja necessidade, conforme consta no item 12.2.3.1 do Edital 001/2021**

5.4 Todas as publicações oficiais referentes ao Concurso Público de que trata este Edital serão feitas no site oficial da Prefeitura Municipal de Mangaratiba (http://www.mangaratiba.rj.gov.br/portal/) e na Imprensa Oficial do Município (http://www.mangaratiba.rj.gov.br/portal/publicacoes.php) ou na ausência desta em jornal de grande circulação na cidade.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4842 DE 19 DE MAIO DE 2023.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM FAVOR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NO ORÇAMENTO VIGENTE"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 4° da Lei nº 1.474/2022 - Lei Orçamentária Anual para 2023, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto Crédito Suplementar, alterando o orçamento vigente no valor **de R$ 886.994,77 (oitocentos e oitenta e seis mil novecentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos), em favor de FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLÍTICA DA PESSOA IDOSA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL MANGARATIBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGARATIBA, PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
8	09.01.01.08.241.0017.2058	3.3.90.30.00	17040000	R$219.965,87	
24	02.03.01.04.122.0019.2007	3.3.90.36.00	17040000	R$42.000,00	
26	04.01.01.08.244.0017.2044	3.3.90.30.00	17040000	R$49.326,80	
27	04.01.01.08.244.0017.2044	3.3.90.39.00	17040000	R$29.120,06	
52	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.39.00	15001002	R$86.492,97	
610	02.04.01.04.122.0019.2015	3.3.90.39.00	15000000	R$225.000,00	
611	02.04.01.04.122.0019.2015	3.3.90.92.00	15000000	R$194.395,57	
612	02.08.01.12.365.0009.2012	3.3.90.92.00	15001001	R$7.885,58	
613	02.08.01.12.365.0009.2011	3.3.90.92.00	15001001	R$2.926,01	
614	02.08.01.12.367.0009.2056	3.3.90.92.00	15001001	R$180,02	
615	02.08.01.12.361.0009.2048	3.3.90.92.00	15001001	R$27.273,38	
616	02.08.02.27.813.0015.2042	3.3.90.92.00	15000000	R$2.428,51	
18	02.02.01.04.122.0019.2003	3.3.90.36.00	17040000		R$1.000,00
21	02.03.01.04.122.0019.2003	3.3.90.36.00	17040000		R$1.000,00
23	02.03.01.04.122.0019.2003	3.3.90.39.00	17040000		R$4.535,64
36	02.03.01.23.691.0010.2080	4.4.90.52.00	17040000		R$63.727,23
61	02.04.01.11.331.0019.2029	3.3.90.47.00	17040000		R$7.009,78
64	02.04.01.11.331.0019.2029	3.3.90.92.00	17040000		R$1.000,00
65	02.04.01.28.843.0019.2028	4.6.90.71.00	15000000		R$225.000,00
66	02.04.01.28.843.0019.2028	4.6.90.92.00	15000000		R$321.582,04
103	02.08.01.12.361.0009.2008	3.3.90.39.00	17040000		R$1.000,00
112	02.08.01.12.361.0009.2022	3.3.90.30.00	17040000		R$1.000,00
142	02.08.01.12.361.0009.2048	3.3.90.39.00	17040000		R$15.911,26
150	02.08.01.12.361.0009.2048	4.4.90.52.00	17040000		R$10.000,00
153	02.08.01.12.361.0009.2068	3.3.90.30.00	17040000		R$1.000,00
158	02.08.01.12.361.0019.2003	3.1.90.92.00	17040000		R$10.000,00
188	02.08.01.12.365.0009.2011	3.3.90.30.00	17040000		R$10.000,00
189	02.08.01.12.365.0009.2011	3.3.90.36.00	17040000		R$10.000,00

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
197	02.08.01.12.365.0009.2011	4.4.90.52.00	17040000		R$10.000,00
212	02.08.01.12.365.0009.2012	3.3.90.30.00	17040000		R$49.700,00
233	02.08.01.12.366.0009.2026	4.4.90.52.00	17040000		R$10.000,00
236	02.08.01.12.366.0009.2071	3.3.90.30.00	17040000		R$10.000,00
250	02.08.01.12.367.0009.2056	3.3.90.30.00	17040000		R$10.000,00
294	02.10.01.04.122.0019.2062	3.3.90.92.00	17040000		R$5.767,47
318	02.12.01.04.122.0019.2007	3.3.90.36.00	17040000		R$1.000,00
319	02.12.01.04.126.0008.2020	3.3.90.30.00	17040000		R$30.000,00
329	02.12.01.04.126.0008.2020	4.4.90.52.00	17040000		R$16.501,00
333	02.12.01.04.126.0008.2069	3.3.90.39.00	17040000		R$16.000,00
336	02.12.01.04.126.0008.2069	4.4.90.52.00	17040000		R$2.129,35
438	02.15.01.04.122.0019.2007	3.3.90.36.00	17040000		R$42.000,00
596	02.08.02.27.813.0015.2042	3.3.90.30.00	17040000		
TOTAL				R$886.994,77	R$886.994,77

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente ao **Artigo 4º, da Lei municipal nº. 1.474 de 16 de dezembro 2022**, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2023, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 19 de maio de 2023.

Alan Campos da Costa
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR N.º 73, DE 7 DE JUNHO DE 2023

Cria cargos e vagas e inclui os cargos na Estrutura Administrativa do Município de Mangaratiba, altera o Anexo I-A e o Anexo III, da Lei Complementar n.º 17, de 19 de dezembro de 2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações para os servidores públicos ocupantes de Cargo Efetivo no âmbito do Poder Executivo do Município de Mangaratiba e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º Fica criado o cargo de Nutricionista/Educação e vagas na estrutura do Poder Executivo, para preenchimento de cargos de provimento efetivo, alterando o Anexo I-A e Anexo III, da Lei Complementar Municipal.

Art. 2.º Fica incluído o item 106, Anexo I–A da Lei Complementar n.º 17/2011, nos seguintes termos:

Quadro Demonstrativo de Ocupações e Vagas

Cód.	GF	Classe	Pré-requisito	Cargo/Função	C.H.	Vagas
xxx	Superior	I	Superior completo com registro no órgão competente	Nutricionista/Educação	30	9

Art. 3.º O quadro Grupo Funcional Superior do Anexo III da Lei Complementar n.º 17/2011, alterada pela Lei Complementar n.º 43, de 18 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Grupo Funcional Superior:

Grupo Funcional	Segmento	Classe	Denominação dos Cargos por Classes Iniciais na Carreira
GFS	Administrativo, Planejamento, Orçamento e Gestão	I	Administrador de Empresas – Procurador do Município – Contador – Auditor Fiscal Fazendário – Analista de Planejamento – Auditor de Controle Interno
	Infra-estrutura e Ambiente	I	Arquiteto – Engenheiro Civil – Engenheiro Florestal
	Turismo, Esportes, Social, Social e Cultura	I	Assistente Social - Nutricionista
	Saúde	I	Assistente Social Bioquímico ou Biólogo Enfermeiro Farmacêutico Fonoaudiólogo Médico Alergista Médico Anestesista Médico Cardiologista Médico Cirurgião Médico Clínico Geral Médico Dermatologista Médico Endocrinologista Médico Fisiatra Médico Gastroenterologista Médico Geriatra Médico Ginecologista/Obstetrícia Médico Homeopata Médico Homoterapeuta Médico Neurologista Médico Oftalmologista Médico Ortopedista Médico Otorrinolaringologista Médico Pediatra Médico Pneumologista Médico Psiquiatra Médico Radiologista Médico Sanitarista Médico Ultrassonografista Médico Urologista Médico Veterinário Odontólogo Ortodontista Psicólogo Terapeuta Terapeuta em Dependência Química Fisioterapeuta
	Educação	I	Nutricionista/Educação

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 4.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mangaratiba, 7 de junho de 2023.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/Mensagem n.º 67/2022.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.491, DE 2 DE JUNHO DE 2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADOTAR MEDIDA COMPENSATÓRIA TRIBUTÁRIA NOS CASOS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo adotar medida compensatória tributária relativa a débitos, inscritos ou não, na dívida ativa municipal, com créditos líquidos e certos dos contribuintes contra a Fazenda Municipal, decorrentes de verbas remanescentes trabalhistas, e de sentenças judiciais transitadas em julgado e objeto de precatórios pendentes de pagamento, nos moldes do artigo 170, do Código Tributário Nacional e do artigo 307, do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os débitos a serem compensados abrangem o valor original do lançamento do tributo e a atualização monetária.

Art. 2.º A compensação será efetivada de ofício, nos termos desta lei, cabendo ao contribuinte indicar débitos à compensação e a origem do crédito perante a Administração Pública, através de processo administrativo, proposto perante ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, em requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, ouvido o Secretário Municipal de Fazenda, nos moldes do artigo 307 do Código Tributário Municipal.

§ 1.º Caso o crédito a ser restituído seja inferior ao valor do débito, o saldo remanescente será cobrado pela Fazenda Pública.

§ 2.º Caso o débito a ser compensado seja inferior ao crédito, o respectivo saldo será restituído ao contribuinte, e no caso dos precatórios judiciais, se o valor a restituir for superior a 60 (sessenta) salários mínimos, estes serão regidos pelas regras de pagamento dos precatórios instituídos por lei específica.

Art. 3.º Após a apuração dos valores da compensação de ofício, a Administração Tributária notificará o contribuinte, que deverá se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

§ 1.º Apresentada a concordância expressa do contribuinte ou decorrido o prazo previsto no "caput" deste artigo sem a sua manifestação, a compensação será efetuada e certificada no referido processo.

§ 2.º Havendo manifestação de discordância do contribuinte, a compensação e a restituição ficarão suspensas até a decisão definitiva por parte do o Secretário Municipal de Fazenda, após a garantia do direito constitucional da ampla defesa e do contraditório ao sujeito passivo.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 2 de junho de 2023.

Alan Campos da Costa
Prefeito

/Mensagem n.º 06, de 27 de fevereiro de 2023.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.492 , DE 2 DE JUNHO DE 2023

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICIPIO DE MANGARATIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP.

Art. 2.º Compete ao COMSEP:

I – Analisar e sugerir medidas para a elaboração da política municipal de segurança pública;

II – Zelar pela efetivação de ações voltadas para a prevenção da violência e para o combate à criminalidade;

III – Fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo Municipal de Segurança Pública – FMSP;

IV – Realizar diligências necessárias ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização de recursos do FMSP por parte das entidades beneficiárias;

V – Propor critérios para a celebração de contratos ou convênios entre os órgãos governamentais na área de segurança pública;

VI – Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de segurança pública no âmbito do município;

VII – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua instalação;

VIII – Dar posse aos seus conselheiros, a partir da sua instalação;

IX – Articular-se com organizações privadas e governamentais, nacionais e estrangeiras, e propor intercâmbio, celebração de convênio ou outro meio, com vista à superação de problemasde segurança pública no município;

X – Exercer outras atribuições correlatas, definidas em Lei ou no seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O COMSEP, em audiência pública, amplamente divulgada nos meios de comunicação do Município, promoverá, no mínimo, semestralmente debates com a população, com vistas a informar sobre ações e projetos municipais na sua área de atuação e receber sugestões e reclamações de qualquer interessado.

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 3.º O Conselho Municipal de Segurança Pública, composto de representantes do Poder Público e pela sociedade civil, tem a seguinte composição:

I – Um representante do Poder Executivo Municipal;
II – Um representante da Polícia Militar;
III – Um representante da Polícia Civil;
IV – Um representante da Subseção da OAB;
V- Um representante da Associação Comercial;
VI – Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
VII – Um representante de entidades civis sem fins lucrativos, com atuação no Município há pelo menos dois anos;
VIII – Um representante de associações comunitárias ou de bairros, constituídas há pelo menosum ano;
X – Um representante da Guarda Municipal.

§ 1.º Os representantes da administração pública serão designados pelo Poder Executivo Municipal.
§ 2.º As entidades e associações referidas nos incisos VII e VIII deste artigo serão eleitas na Conferência Municipal de Segurança, por meio de processo aberto a todas as entidades e organizações cuja finalidade seja relacionada com as políticas de segurança pública, conforme convocação pública e critérios objetivos previamente definidos pelo COMSEP.
§ 3.º Cada membro do Conselho terá um suplente, que o substituirá nos seus impedimentos.
§ 4.º Os membros do COMSEP e seus suplentes são nomeados pelo Prefeito para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.
§ 5.º O COMSEP é presidido por um de seus membros, eleito entre seus membros, para mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período.
§ 6.º Os membros do Conselho Municipal de Segurança Pública não são remunerados, e suas funções são consideradas serviço público relevante.

Art. 4.º Cabe ao Poder Executivo fornecer a estrutura necessária para os trabalhos de secretaria do COMSEP, vedada a criação de cargos ou funções comissionadas com estas atribuições.

Art. 5.º Serão encaminhadas ao Conselho, para exame preliminar e parecer, as minutas de convênio a serem celebradas, no qual serão analisados por uma equipe designada pelo diretor do conselho.

Art. 6.º O COMSEP reúne-se em sessão ordinárias uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente, pela maioria de seus membros, ou pelo chefe do poder executivo.

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Perde o mandato o membro do COMSEP que faltar, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas do Conselho, no período de dois anos, assumindo, nesse caso, o seu suplente, para completar o mandato original.

Art.7.º Presente a maioria dos membros, o COMSEP delibera pela maioria dos presentes.

Parágrafo único. A aprovação e a alteração do Regimento Interno dar-se-ão por maioria absoluta dos membros do COMSEP.

Art. 8.º O Conselho terá uma diretoria formada por:
I – Presidente;
II– Vice-presidente;
III – 1º Secretário;
IV – 2º Secretário.

Art. 9.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 2 de junho de 2023.

ALAN CAMPOS DA COSTA

Prefeito

/Mensagem n.º 12, de 21 de março de 2023.

3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 1.493, DE 7 DE JUNHO DE 2023

Institui o CÓDIGO DISCIPLINAR DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ESCOLARES EM VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, RJ, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O Serviço de Transportes de Escolares por Meio de Veículos Automotores do Município de Mangaratiba, rege-se por este Código Disciplinar.

Art. 2.º As disposições e sanções administrativas de natureza disciplinar previstas neste Código aplicam-se a todo e qualquer autorizatário e/ou auxiliares do Serviço de Transporte de Escolares em Veículos Automotores no Município de Mangaratiba.

Art. 3.º A execução desautorizada, com veículo autorizado para o transporte de escolares de serviço de transporte diverso do estipulado no objeto do regulamento do Serviço de Transporte de Escolares será caracterizada como irregular e considerada ilícita, sujeitando o infrator ao sistema se sanções estabelecido neste Código Disciplinar, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis pela esfera de poder competente: municipal, estadual ou federal, com fundamento na legislação de trânsito e/ou outras aplicáveis.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DOS AUTORIZATÁRIOS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ESCOLARES E SANÇÕES APLICÁVEIS

Seção I

DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 4.º O autorizatário deve atentar para as obrigações administrativas para desempenho da atividade de escolar, caracterizando-se como penalizáveis, isolada ou cumulativamente, os seguintes procedimentos:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

I – Deixar de requerer a baixa do termo ou alteração cadastral dentro de um prazo de 30 (trinta) dias:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
II – Contratar motorista menor de 21 anos e auxiliar menor de 18 anos:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)

Art. 5.º O autorizatário deve atestar a qualificação para o desempenho da atividade de escolar e assumir inteira responsabilidade pela atuação de todos os seus auxiliares, devendo os mesmos estar devidamente registrados perante a Secretaria Municipal de Transportes como Auxiliares de Transporte, nas respectivas funções, caracterizando-se como penalizáveis, isolada ou cumulativamente, os seguintes procedimentos:

I – Permitir que o Auxiliar de Transporte exerça a função para a qual foi contratado sem que esteja devidamente registrado:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)

II – Não comunicar a Secretaria Municipal de Transportes toda e qualquer demissão ou admissão de Auxiliar de Transporte, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-4)

III – Não instruir os Auxiliares de Transporte quanto às determinações da Secretaria Municipal de Transportes que lhes digam respeito:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)

IV – Manter em serviço Auxiliar de Transporte portador de moléstia infectocontagiosa:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)

V – Deixar de identificar o infrator no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da autuação:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)

Art. 6.º O autorizatário deve colaborar com a fiscalização, permitindo aos agentes credenciados o acesso aos veículos e às suas dependências, caracterizando-se como penalizável, o seguinte procedimento:
Desautorizar a fiscalização:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 7.º O autorizatário deverá submeter os veículos à vistoria determinada pela Secretaria Municipal de Transportes, de acordo com o calendário por este instituído, caracterizando-se como penalizável, o seguinte procedimento:
Não efetuar vistoria ordinária ou extraordinária – (penalidade/sanção por veículo):
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)

Art. 8.º O autorizatário deverá disponibilizar canal direto de comunicação (telefone, fax u e-mail) com a Secretaria Municipal de Transportes, sendo que, em caso de empresa ou estabelecimento de ensino, o mesmo deverá proceder a indicação de empregado responsável para esse contato, aplicando-se penalidade/sanção, para cada transgressão:
Penalidade – multa (Grupo E-2)

Art. 9.º Os documentos pertinentes ao veículo devem encontrar-se no seu interior e à disposição da fiscalização, caracterizando-se como penalizáveis, isolada ou cumulativamente, a falta de:
I – Certificado de Vistoria Semestral (original), emitido pela Secretaria Municipal de Transportes, exigível de acordo com o calendário por este instituído:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-3)
II – Certificado ou comprovante de dedetização (original), com validade vigente:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)

Art. 10. O não cumprimento, na forma e nos prazos determinados, de ordens ou obrigações notificadas, bem como de convocações, intimações, comunicados e outros documentos expedidos pela Secretaria Municipal de Transportes, efetivadas diretamente ou mediante publicação no Diário Oficial de Mangaratiba, sujeita ao autorizatário infrator à seguinte penalidade/sanção, para cada transgressão:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)

Art. 11. O autorizatário não deve veicular ou divulgar qualquer tipo de comunicação, aviso, publicidade, publicação ou programação através de qualquer tipo de mídia, nas partes interna ou externa do veículo, em desacordo a autorização da Secretaria Municipal de Transportes, salvo aquelas obrigatórias, aplicando-se a seguinte penalidade/sanção, por veículo, para cada transgressão:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-4)

Seção II
Das Obrigações Operacionais

Art. 12. Somente são admitidos em operação os veículos licenciados no Município de Mangaratiba na categoria aluguel, devidamente registrados na Secretaria Municipal de Transportes, estando por esta vistoriados e aprovados e com vida útil inferior ou igual ao limite máximo estabelecido na normatização vigente, caracterizando-se como penalizáveis, isolada ou cumulativamente, os seguintes procedimentos do autorizatário:

3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

I – Colocar em operação veículo não registrado na Secretaria Municipal de Transportes, (penalidade, sanção por veículo):
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
II – Colocar em operação veículo com vida útil vencida – (penalidade/sanção por veículo):
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
III – Colocar em operação veículo com selo de vistoria pertencente a outro veículo (penalidade/sanção por veículo):
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
IV – Recolocar veículo proibido de operar em operação, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Transportes (penalidade/sanção por veículo):
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
V – Colocar em operação veículo não submetido à vistoria anual ordinária efetuada pela Secretaria Municipal de Transportes (selo de vistoria vencido), ou sem selo de vistoria – (penalidade/sanção por veículo):
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
VI – Colocar em operação veículo em desacordo com aquela aprovada pela Secretaria Municipal de Transportes para o mesmo – (penalidade/sanção por veículo):
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
Medida administrativa – retenção do veículo
VII – Colocar em operação, veículo com "layout" externo e/ou pintura externa em desacordo com aquela aprovada pela Secretaria Municipal de Transportes para o mesmo (penalidade/sanção por veículo)
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
Medida administrativa – retenção do veículo
VIII – Não apresentar apólice ou proposta de seguro de responsabilidade civil e o seguro APP, com parcelas vencidas pagas (penalidade/sanção por veículo):
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-3)
Medida administrativa – retenção do veículo
IX – Executar qualquer tipo de serviço não autorizado pela Secretaria Municipal de Transportes (penalidade/sanção por veículo):
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo

4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 13. A manutenção dos veículos deve ser feita em local adequado, podendo ser realizada em oficina própria ou de terceiros, caracterizando-se como penalizáveis, individual ou cumulativamente, os seguintes procedimentos:
I – Abastecimento de veículos com passageiros em seu interior:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
II – Serviço de manutenção em via pública, exceto os emergenciais de pequena duração:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)

Seção III

DO ESTADO DOS VEÍCULOS EM OPERAÇÃO

Art.14. O autorizatário deve oferecer aos passageiros veículos em bom estado de conservação e que atendam aos requisitos de higiene, conforto e segurança, mantendo-se as características físicas aprovadas para cada um deles, caracterizando-se como penalizáveis, isolada ou cumulativamente, as seguintes irregularidades:
I – Falta, incorreção ou alteração de informação gráfica obrigatória:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-4)
II – Inoperância ou mau funcionamento do sistema do ar condicionado, nos veículos em que seja exigida a utilização do equipamento:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
III – Falta, inoperância ou mau funcionamento das luminárias internas do veículo:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-4)
IV – Mau funcionamento de janelas, por falta de batentes e/ou falta de puxadores:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-4)
V – Mau estado dos bancos, por estofamento rasgado, molejo ou estofo sem efeito, por parte quebrada ou ausente:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-4)
VI – Inoperância ou mau funcionamento de porta de serviço:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
VII – Falta de limpeza interna e/ou externa:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-4)
VIII – Mau estado da carroceria:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
Medida administrativa – retenção do veículo
IX – Mau estado da pintura do veículo:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo E-4)

5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

X – Falta de porta de serviço ou de parte da mesma:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
XI – Mau estado de para-brisa:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
XII – Falta de vidros ou vidros quebrados nas janelas:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
XIII – Falta de para-choque dianteiro ou traseiro:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
XIV – Falta, inoperância, mau funcionamento ou prazo de validade do extintor de incêndio vencido:
Infração – gravíssimo
Penalidade – multa (Grupo E-1)
XV – Falta, inoperância ou mau funcionamento de limpador de para-brisa:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
XVI – Falta ou inoperância de luzes nas lanternas indicadoras de direção (dianteira, lateral e/ou traseira) ou de pisca-alerta:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
XVII – Falta ou inoperância de luz nas lanternas indicadoras de acionamento de freio e/ou de marcha a ré:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
Medida administrativa – retenção do veículo
XVIII – Falta ou avaria de óculos de lanternas indicadores de direção (dianteira, lateral e/ou traseira), de parada ou de acionamento de freio e/ou de marcha à ré:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
Medida administrativa – retenção do veículo
XIX – Falta ou mau estado de espelho retrovisor externo:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
XX – Falta ou mau estado de espelho retrovisor interno:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
Medida administrativa – Retenção do veículo
XXI – Falta ou inoperância de velocímetro e/ou hodômetro:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
XXII – Falta ou inoperância de equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo) de acordo com legislação específica em vigor:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
Medida administrativa – retenção do veículo

6

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

XXIII – Falta de disco registrador de velocidade e tempo de tacógrafo:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
XXV – Falta ou mau estado de saída de emergência (escotilhas e/ou janelas) ou mau funcionamento de seus mecanismos de acionamento:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
XXVI – Inoperância do sistema de freio de estacionamento:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
XXVII – Alteração de características aprovada para o veículo não prevista nos incisos anteriores:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo E-2)
Medida administrativa – retenção do veículo

Art. 15. Os veículos devem apresentar boas condições mecânicas, mantendo-se as características físicas aprovadas para cada veículo, caracterizando-se como penalizáveis, isolada ou cumulativamente, as seguintes irregularidades, que devem ser verificadas em local adequado:
I – Chassi empenado, rachado ou quebrado:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
II – Falta ou inoperância de motor de arranque:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
III – Embreagem com defeito:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
IV – Caixa de marcha com defeito:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
V – Conjunto diferencial com defeito:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
VI – Roda com defeito:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
VII – Emissão de fumaça, gases ou partículas em níveis superiores aos estabelecidos em legislação específica, aferida por instrumento hábil e/ou visível a olho nu:
Infração – gravíssima

7

Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
VIII – Silenciador com defeito:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
IX – Vazamento de combustível, diferencial, direção, caixa de óleo hidráulico ou lubrificante:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo
X – Feixe de molas danificado ou faltando acessórios:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
XI – Falta ou inoperância dos amortecedores:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
XII – Alteração de característica aprovada para o veículo não prevista nos incisos anteriores:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo E-1)
Medida administrativa – retenção do veículo

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS AUTORIZATÁRIOS E AUXILIARES DE TRANSPORTE E SANÇÕES APLICÁVEIS

Seção I

DA IDENTIDADE PESSOAL

Art. 16. O Autorizatário e o Auxiliar de Transporte devem portar consigo, de modo ostensivo, o cartão de identificação, caracterizando-se a sua ausência como penalizável com a seguinte sanção:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo A-4)

Seção II

DO RELACIONAMENTO SOCIAL

Art. 17. O Autorizatário e o Auxiliar de Transporte, no exercício de sua função, devem tratar os passageiros e cidadãos em geral com respeito, atenção e urbanidade, caracterizando-se como penalizáveis os seguintes procedimentos:
I – Arrancar ou frear bruscamente o veículo:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo E-3)
II – Obstruir a via, especialmente o cruzamento de vias, com o veículo parado:

8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo A-1)
III – Comprometer a segurança de terceiros:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo A-1)
IV – Conversar, na função de motorista, estando o veículo em trânsito:
Infração – leve
Penalidade – multa (Grupo A-4)
V – Utilizar fones nos ouvidos conectados, aparelhagem sonora ou de telefone celular:
Infração – média
Penalidade – multa (Grupo A-3)

Art. 18. O Autorizatário e seus auxiliares de Transporte Escolar não devem:
I – Exercer sua função alcoolizado, sob efeito de tóxico ou drogas que afete de qualquer modo as condições físicas e mentais necessárias à prestação dos serviços:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo A-1)
II – Fumar no interior do veículo:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo A-2)
III – Portar arma de qualquer espécie, assim como mantê-la no veículo:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo A-1)
IV – Transportar e/ou permitir o transporte de qualquer mercadoria de manuseio e/ou uso proibido:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo A-1)
V – Trafegar acima da velocidade permitida, de acordo com a classificação da via pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo A-1)
VI – Desrespeitar a capacidade autorizada de passageiros sentados:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo A-1)
VII – Deixar de manter no veículo os documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Transportes e órgãos correlatos:
Infração – gravíssima
Penalidade – multa (Grupo A-1)

Seção III

DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FUNCIONAIS

Art. 19. O Autorizatário e o Auxiliar de Transporte devem colaborar com a fiscalização e o controle do Sistema de Transporte exercido pelo órgão Gestor de Transportes do Município de Mangaratiba, permitindo aos agentes credenciados desta entidade o acesso ao veículo e às informações operacionais, caracterizando-se como penalizáveis os seguintes procedimentos:

9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

I – Impedir ou dificultar o acesso do agente fiscalizador ao registro de passageiros transportados e outras informações operacionais ordinárias:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo A-2)
II – Desautorizar a fiscalização:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo A-2)
III – Omitir informações sobre irregularidades operacionais de que tenha conhecimento:
Infração – grave
Penalidade – multa (Grupo A-2)

CAPÍTULO IV

DAS PENALIDADES

Art. 20. A Fiscalização de Transportes do Município de Mangaratiba, na esfera das suas competências e considerando o disposto neste Código Disciplinar, deverá aplicar às infrações nele previstas as seguintes penalidades:

I – Multa, que constitui a penalidade aplicável quando houver infração a requisitos técnicos que afetem a segurança e o conforto dos usuários dos serviços, de acordo com os valores estabelecidos neste Código pelo Poder Autorizador, com os acréscimos percentuais previstos, quando cabíveis, e demais agravamentos, nos casos de reincidências:

II – As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias:
a) Infração de natureza gravíssima;
b) Infração de natureza greve;
c) Infração de natureza média;
d) Infração de natureza leve.
III – A cada infração cometida são computados os seguintes números de pontos:
a) Gravíssima – sete pontos;
b) Grave – cinco pontos;
c) Média – quatro pontos;

d) Leve – três pontos;
V – A suspensão descrita no inciso anterior não aula o quantitativo de pontos.
VI – O auxiliar de transporte que atingir a contagem de 50 (cinquenta) pontos no ano não poderá ter renovada sua autorização por pelo menos 02 (dois) anos.
VII – O autorizatário que atingir 60 (sessenta) pontos no ano perderá o direito de renovação da autorização.
VIII – A contagem do tempo de que trata os incisos IV, VI e VII se iniciará às 00:00h do dia 01 de janeiro e encerrará às 23:59h do dia 31 de dezembro.
IX – Quando o autorizatário e/ou auxiliar de transporte praticar ato irregular durante a execução do serviço que tenha como consequência caracterização de possível crime, respeitado o direito de ampla defesa e esgotado os recursos cabíveis, ocorrerá a cassação da autorização.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Art. 21. As multas classificam-se em quatro categorias, de acordo com sua gravidade:
I – Grupo E-1: Infração de natureza gravíssima, puída com multa de valor correspondente a 400 (quatrocentas) UFIR-RJ;
II – Grupo E-2: Infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a 250 (duzentas e cinquenta) UFIR-RJ;
III – Grupo E-3: Infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a 120 (cento e vinte) UFIR-RJ;
IV – Grupo E-4: Infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a 80 (oitenta) UFIR-RJ.

Art. 22. Os valores das multas serão atualizados automaticamente, no primeiro dia útil de cada ano, pela atualização da UFIR-RJ (Decreto do Estado do Rio de Janeiro n° 21.518 de 28.11.2000, ou outra norma que venha a substituí-lo, regulados atualmente por Resolução da Secretaria Estadual da Fazenda).
Parágrafo único. Os valores das multas não pagos no vencimento, conforme data expressa na notificação, sofrerão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

Seção I

DA AUTUAÇÃO

Art. 23. Ocorrendo a infração prevista no Código Disciplinar, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:
I – Tipificação da infração;
II – Local, data e hora do cometimento da infração;
III – Número da placa do veículo, bem como o número de registro junto à pela Secretaria Municipal de Mangaratiba;
IV – Registro do recolhimento do Certificado de Vistoria Anual do Veículo, emitido pela pela Secretaria Municipal de Transportes, caso seja aplicável;
V – Identificação do agente autuante, com o devido número de sua matrícula.

Seção II

DAS NOTIFICAÇÕES

Art. 24. Constatada a infração, será expedida notificação de autuação pelo poder público municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ficando concedido igual prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de defesa administrativa, quando serão apreciadas a consistência e legalidade da pretensão punitiva pelo agente/órgão autuante.

Art. 25. Após a apreciação da defesa administrativa de que se trata o artigo anterior, no caso de resultado desfavorável ao autuado, ou após decorrido o prazo para apresentação da defesa sem manifestação do notificado, será expedida a notificação, impondo a penalidade e/ou medida administrativa cabível.

Art. 26. Em qualquer caso, as notificações de autuação e de penalidade e/ou medida administrativa serão sempre enviadas ao Titular da autorização, sendo expedidas e enviadas para o endereço do Titular da autorização constante no cadastro da pela Secretaria Municipal de Transportes.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Parágrafo Único. No caso específico de infração atribuída ao motorista auxiliar, este será notificado da mesma forma, prazos e condições do Titular da autorização.

Art. 27. Na notificação deverá constar a data do término do prazo para apresentação da defesa administrativa pelo interessado, que não será inferior a 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação da penalidade e/ou medida administrativa.

Art. 28. No caso de penalidade de multa, não havendo interesse na apresentação da defesa administrativa, a data para o recolhimento de seu valor será a mesma indicada no artigo anterior para a apresentação da referida defesa.

Seção III

DOS RECURSOS E DOS JULGAMENTOS

Art. 29. Compete ao órgão atuador junto a Secretaria Municipal de Transportes, como instância revisional, conhecer e apreciar recursos contra as autuações devidamente notificadas, na forma do artigo 23 deste Código Disciplinar.
Parágrafo único. O prazo para interposição de recurso contra a autuação de que se trata o caput deste artigo, será de 30 dias, contado da data de intimação do ato, devendo ser julgado no mesmo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 30. Da decisão do órgão autuador cabe recurso em última instância ao Secretário Municipal de Transportes, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da intimação do ato, devendo ser julgado no mesmo prazo de 30 (trinta) dias.
Parágrafo único. A apreciação do recurso previsto no caput deste artigo, encerra a instância administrativa de julgamento de infrações.

Art. 31. A interposição de recurso não acarreta efeito suspensivo da penalidade.
Parágrafo único. Caso os recursos não sejam julgados dentro dos prazos previstos nos artigos antecedentes desta Seção IV, o Secretário da Secretaria Municipal de Transportes, poderá conceder-lhe efeito suspensivo, de ofício ou a pedido do recorrente.

Art. 32. O recurso contra a imposição de multa poderá ser interposto no prazo legal sem o recolhimento do seu valor e, no caso de ter sido efetivado o recolhimento da multa previamente à interposição do recurso, se este vier a ser julgado procedente a importância paga será devolvida, devidamente atualizada pela UFIR-RJ.

Art. 33. Esgotados os recursos, as penalidades e/ou medidas administrativas aplicadas no termos do Código Disciplinar serão cadastradas nos registros adequados da pela Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 34. A aplicação da pena de extinção da autorização ou de declaração de inidoneidade será precedida de processo administrativo especifico, instaurado por ato do Secretário de Transportes de Mangaratiba.

§ 1.º O processo será conduzido por uma Comissão composta por 3 (três) servidores designados pelo Secretário de Transportes de Mangaratiba.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

§ 2.º Após a instauração, o autorizatário será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita, sendo-lhe facultada a vista do processo no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

§ 3.º Concluído o prazo para apresentação de defesa, o processo será instruído relatado conclusivamente pela Comissão, sendo, em seguida, submetido ao julgamento do Secretário de Transportes de Mangaratiba.

§ 4.º Da decisão que determinar a aplicação das penas de extinção da autorização ou de declaração de inidoneidade caberá, uma vez notificado o autorizatário, recurso ao Conselho Municipal de transporte, com efeito suspensivo, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 7 de junho de 2023.

Alan Campos da Costa
Prefeito

/Mensagem n.º 16/2023.

13

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.494, DE 7 DE JUNHO DE 2023

Institui o CÓDIGO DISCIPLINAR DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIRO E ENTREGA DE MERCADORIA POR MEIO DE MOTOCICLETA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA – RJ., no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO - I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Este Código Disciplinar aplica-se a prestação do Serviço de Transporte Individual de Passageiro e Entrega de Mercadoria por Meio de Motocicleta, no Município de Mangaratiba.

Art. 2.º As disposições e sanções administrativas de natureza disciplinar prevista neste Código, aplicam-se a todo e qualquer titular da autorização e Condutor Auxiliar do Serviço de Transporte Individual de Passageiro e Entrega de Mercadoria por Meio de Motocicleta, no que couber.

Art. 3.º No âmbito do Serviço de Transporte Individual de Passageiro e Entrega de Mercadoria por Meio de Motocicleta, além das penalidades previstas, serão aplicados o sistema de computação de pontos.

CAPÍTULO - II

DAS PENALIDADES DOS AUTORIZATÁRIOS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIRO E ENTREGA DE MERCADORIA POR MEIO DE MOTOCICLETA NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA E SANÇÕES APLICÁVEIS

Art. 4.º Constitui infração administrativa a ação ou omissão do condutor que importe desobediência aos deveres e às proibições estabelecidas no regulamento e nas demais normas complementares, respondendo o infrator civil e administrativamente.

Art. 5.º O Município ajuizará ação necessária contra os prestadores de serviço mototáxi e motofrete que, por culpa ou dolo, causarem prejuízos aos cofres públicos.

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 6.º Constituem infrações passíveis de penalidade aos condutores, além das previstas no Código de Trânsito Brasileiro, as seguintes condutas em suas gradações de gravidades:

I – Deixar de atualizar os dados cadastrais próprios.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

II – Faltar com higiene, conforto e conservação do veículo e do capacete.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

III – Transportar pessoas em trajes impróprios ou ofensivos à moral e aos bons costumes ou em condições inadequadas de asseio.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

IV – Não providenciar outro veículo para o transporte de passageiros, no caso se interrupção de viagem, exceto por solicitação do usuário ou em percurso que esteja inviabilizado o tráfego.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

V - Não tratar com urbanidade e respeito os passageiros, colegas de trabalho e o público em geral.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

VI - Fumar ou admitir que alguém fume durante o percurso da viagem.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

VII - Cobrar pela disponibilização ou deixar de fornecer touca higiênica descartável, com proteção facial, individual ao passageiro.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

VIII - Abandonar o veículo no ponto de mototáxi, afastando-se por mais de 50 (cinquenta) metros ou por tempo superior a 10 (dez) minutos.

IX - Abastecer o veículo quando estiver conduzindo passageiro.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

X - Utilizar equipamentos ou propaganda de qualquer natureza no veículo, sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Transportes.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

XI - Não submeter o veículo à vistoria de rotina ou quando determinado pelo órgão gestor e/ou fiscalizador.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

XII - Não descaracterizar o veículo quando da sua substituição ou da baixa.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XIII - Deixar de atender as notificações da Secretaria Municipal de Transportes, no prazo estabelecido.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

XIV - Deixar de comunicar a Secretaria Municipal de Transportes sobre as ocorrências de acidentes em que tenha se envolvido, no prazo máximo de 02 (dois) dias, salvo impossibilidade devidamente comprovada por meio documental.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

XV - Não obedecer a fila no ponto de mototáxi.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

XVI - Trafegar utilizando fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular com o veículo em movimento.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

XVII - Aliciar passageiros nos pontos de táxi e de ônibus.

Penalidade: multa (Grupo G-1

XVIII - Não portar, quando em serviço, a documentação referente a autorização, propriedade ou licenciamento do veículo, habilitação e credencial do condutor e a tabela de tarifa.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

XIX - Fazer ponto de mototáxi fora dos locais definidos em regulamento, ou não respeitar o número de vagas permitido.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XX - Recusar atendimento ao usuário em preferência a outro, salvo nos casos previstos em legislação.

Penalidade: multa (Grupo G-1)

XXI - Cobrar ou não devolver a tarifa paga, no caso de interrupção de viagem, exceto por solicitação do usuário ou em percurso que esteja inviabilizado tráfego.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

XXII - Trafegar sem utilizar os equipamentos exigidos por lei ou normas regulamentares, como: colete, capacete, vestuário próprio, dentre outros.

3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Penalidade: multa (Grupo G-2)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XXIII - Dificultar a ação fiscalizadora do órgão competente.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

XXIV - Da motocicleta retirando-lhe os equipamentos de segurança exigidos pela Legislação Municipal vigente e pelos atos oficiais da Secretaria Municipal de Transportes.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

XXV - Transportar mercadorias e animais na garupa da motocicleta.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

XXVI - Utilizar o veículo fora das características e especificações estabelecidas, sem equipamentos como: protetores de isolamento do escapamento, protetores metálicos para apoio e sustentação do passageiro, além de pintura automotiva ou envelopamento (plotagem) e prefixo em padrão determinado pela Secretaria Municipal de Transportes.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XXVII – Realizar a atividade autorizada com o veículo estando com o atestado de vistoria vencida ou não regularizar o veículo apreendido dentro do prazo previsto.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

XXVIII- Interromper a operação do serviço sem prévia anuência da Secretaria Municipal de Transportes.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

XXIX - Substituir o veículo sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Transportes.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XXX - Trafegar com o capacete no guidão ou nos braços.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XXXI- Conduzir o veículo ou transportar passageiro sem usar capacete de segurança com viseira baixada ou com óculos de proteção.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

XXXII - Não renovar a autorização de tráfego ou de transporte, nos prazos legais e regulamentares.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

XXXIII - Recusar-se a entregar aos agentes de fiscalização, os documentos de credencial de autorizatário exigido por lei, para averiguação de sua autenticidade.

Penalidade: multa (Grupo G-2)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XXXIV - Trafegar com passageiro acomodado fora do assento traseiro da motocicleta, em desacordo com as disposições legais.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

XXXV - Dirigir de modo a colocar em risco a segurança do passageiro.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

XXXVI - Trafegar ou transportar passageiro sob o efeito de álcool ou substância entorpecente.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

XXXVII - Utilizar o ponto de mototáxi para efetuar serviços estranhos à condução de passageiros.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

XXXVIII - Transportar passageiro ou trafegar com veículo não autorizado pela Secretaria Municipal de Transportes.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

XIL - Apresentar documentação adulterada ou irregular.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XL - Trafegar com o veículo defeituoso e que implique desconforto ou risco para o passageiro ou trânsito em geral.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XLI - Transferir, alugar ou arrendar a autorização ou permitir que pessoas não autorizadas dirijam veículo, quando em serviço.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

XLII - Não substituir, imediatamente, o veículo quando este atingir o limite de vida útil estabelecida no Regulamento do Serviço de Transporte Individual de Passageiro e Entrega de Mercadorias Por Meio de Motocicleta no Município de Mangaratiba.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XLIII - Não manter atualizada a apólice de seguro particular de vida em acordo com Regulamento do Serviço de Transporte Individual de Passageiro e Entrega de Mercadorias Por Meio de Motocicleta no Município de Mangaratiba.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

XLIV - Desobedecer as ordens emanadas pelos agentes de fiscalização e/ou outros agentes públicos de órgãos correlatos ou desacatá-los com palavras ou gestos, quando os mesmos estiverem em serviço.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

XLV - Utilizar ou favorecer que terceiros utilizem o veículo para a prática de ação delituosa.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XLVI - Operar o veículo no momento do serviço estando a autorização suspensa ou cassada.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

XLVII - Portar ou manter arma de qualquer espécie no veículo e/ou em serviço.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

XLVIII - Agredir fisicamente qualquer fiscal, passageiro ou colega de trabalho ou, ainda, os agentes de fiscalização no exercício de suas funções.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

IL - Transportar mais de um passageiro por deslocamento, inclusive com crianças de colo.

Penalidade: multa (Grupo G-3)

L - Operar Serviço de Transporte Individual de Passageiro e Entrega de Mercadorias Por Meio de Motocicleta no Município de Mangaratiba sem autorização da Secretaria Municipal de Transportes.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LI – Deixar de cumprir o horário de operação determinado pela Secretaria Municipal de Transportes.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

LII- Colocar em operação veículo não registrado na Secretaria Municipal de Transportes (penalidade/sanção por veículo).

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do Veículo

LIII – Colocar em operação veículo que esteja proibido de operar, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Transportes – (penalidade/sanção por veículo).

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Apreensão do veículo

LIV – Executar serviço de manutenção do veículo em via pública, exceto os emergenciais de pequena duração.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

LV – Trafegar com o veículo com pneus carecas, rasgados, deformados, tamanhos diferentes e rodas com defeito.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

LVI – Trafegar com o veículo com emissão de fumaça, gases ou partículas de modo comprometer o bem estar das pessoas e o meio ambiente.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

LVII – Trafegar com o veículo com o sistema de escapamento e silenciador faltando, danificado ou com defeito.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

LVIII – Trafegar com o veículo com vazamento de combustível e/ou óleo lubrificante.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LIX – Trafegar com o veículo faltando a placa de identificação do mesmo e/ou com a mesma amassada, adulterada, não legível, dobrada, coberta ou qualquer outra situação que possa comprometer a identificação do veículo.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

LX – Arrancar ou frear bruscamente o veículo.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

LXI – Obstruir a via, especialmente o cruzamento de vias, com o veículo parado.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

LXII – Comprometer a segurança de terceiros.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

LXIII) – Incentivar ou disputar corrida com veículo nas vias públicas.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

LXIV – Exercer suas funções alcoolizados, sob efeito de tóxico ou droga que afete de quaisquer modos as condições físicas e mentais necessárias à prestação dos serviços.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo

LXV – Transportar e/ou permitir o transporte de qualquer mercadoria de manuseio e/ou uso proibido.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

LXVI – Trafegar acima da velocidade permitida, de acordo com a classificação da via pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Multa (Grupo G-3)

LXVII – Falta de educação, urbanidade ou tratamento desleal com o usuário do serviço.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

LXVIII - Praticar atitudes inconvenientes com a boa prestação do serviço nos pontos de origem e destino.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

LXIX - Trafegar produzindo uso abusivo ou indevido de buzina, farol alto ou aparelhos sonoros internos.

8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

LXX - Conduzir o veículo de maneira agressiva, colocando em risco a integridade física dos passageiros ou de terceiros.

Penalidade: Multa (Grupo G-3)

Medida Administrativa: Retenção e apreensão do veículo.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Seção I

INFRAÇÕES

Art. 7.º A Secretaria Municipal de Transportes de Mangaratiba, na esfera das suas competências e considerando o disposto neste Código Disciplinar, aplicará as infrações nele previstas as seguintes sanções:

I – Multa, constitui a penalidade aplicável quando houver infração a requisitos técnicos que afetem à segurança e o conforto dos usuários dos serviços, de acordo com os valores estabelecidos neste código pelo Poder Público municipal, com os acréscimos percentuais previstos, quando cabíveis e demais agravantes, nos casos de reincidências;

II – As infrações punidas com multa da execução do serviço de transporte individual de passageiro e entrega de mercadorias por meio de motocicleta no Município de Mangaratiba classificam-se de acordo com sua gravidade, em 03 (três) categorias:

a) Grupo 1 – (G-1);

b) Grupo 2 – (G-2);

c) Grupo 3 – (G-3);

III – A cada infração cometida quando da execução do serviço de transporte individual de passageiro e entrega de mercadorias por meio de motocicleta no Município de Mangaratiba, são computados os seguintes números de pontos:

a) Grupo 1 – 04 (quatro) pontos;

b) Grupo 2 – 05 (cinco) pontos;

c) Grupo 3 – 07 (sete) pontos;

IV – Caso venha atingir a contagem de 30 (trinta) pontos no ano civil, a autorização para prestação do serviço de transporte individual de passageiro e entrega de mercadorias por meio de motocicleta no Município de Mangaratiba, será suspensa por 30 (trinta) dias.

9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

V – A contagem do tempo do ano civil se iniciará no dia 01 de janeiro às 00:01 e terminará em 31 de dezembro às 23:59;

VI – Quando for praticado, além dos elencados no regulamento sobre a cassação da autorização e durante a execução do serviço, ato irregular que tenha com conseqüência caracterização de possível crime, respeitado o direito de ampla defesa e esgotado os recursos cabíveis, poderá ser decretada a cassação do registro do registro do auxiliar e / ou da autorização.

§1.º Cometidas, simultaneamente, duas ou mais infrações, aplicar-se-á a penalidade correspondente a cada uma, cumulativamente.

§ 2.º A autuação não desobriga o infrator de sanar imediatamente a falta que lhe deu origem.

§ 3.º A pena de advertência será aplicada por verbal ou por escrito.

§ 4.º A aplicação da pena de extinção da autorização do serviço de transporte coletivo executivo impedirá que o autorizatário se habilite a nova autorização durante o prazo de 60 (sessenta) meses.

§ 5.º A pena de declaração de inidoneidade, que também acarretará a extinção da autorização do serviço de transporte coletivo executivo de passageiros, será aplicada nos seguintes casos, mediante procedimento administrativo especifico, com observância ao contraditório e ampla defesa:

I – Condenação criminal, por crime doloso contra a vida, transitada em julgado.

II – Condenação, transitada em julgado, por crime contra a vida e a segurança das pessoas, ocorrido ou não em consequência da prestação do serviço a que se refere este Regulamento.

III – Apresentação de informação falsa, em proveito próprio ou de terceiros ou em prejuízo destes.

IV – Caso venha atingir a contagem de 30 (trinta) pontos no ano civil, não tendo o autorizatário, sob qualquer pretexto, direito à qualquer tipo de ressarcimento ou indenização.

Art. 8.º As multas, prevista no art. 6º, deste Código Disciplinar, também classificam-se em 03 (três) categorias, quanto à sua punição pecuniária, de acordo com sua gravidade:

I- Grupo G-1: punida com multa de valor correspondente a 40 (quarenta) UFIR-RJ;

II- Grupo G-2: punida com multa de valor correspondente a 80 (oitenta) UFIR-RJ;

III- Grupo G-3: punida com multa de valor correspondente a 120 (cento e vinte) UFIR-RJ;

Art. 9.º Os valores das multas serão atualizados automaticamente, de acordo com a atualização da Unidade Fiscal de Referência no Estado do Rio de Janeiro, ou outra norma que venha à substituí-la.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Os valores das multas não pagos no vencimento, conforme data expressa na notificação, sofrerão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

Seção II

DA AUTUAÇÃO

Art. 10. Ocorrendo a infração prevista no Código Disciplinar, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará:

I – Tipificação da infração;

II – Local, data e hora do cometimento da infração;

III – Número da placa do veículo, bem como o número de registro junto à Secretaria Municipal de Transportes;

IV – Registro do recolhimento do Certificado de Vistoria Anual do Veículo, emitido pela Secretaria Municipal de Transportes, caso seja aplicável;

V – Identificação do agente autuante, com o devido número de sua matrícula;

Seção III

DAS NOTIFICAÇÕES

Art. 11. Constatada a infração, será expedida notificação de autuação pelo poder publico municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ficando concedido igual prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de defesa administrativa, quando serão apreciadas a consistência e legalidade da pretensão punitiva pelo agente/órgão autuante.

Art. 12. Após a apreciação da defesa administrativa de que se trata o artigo anterior, no caso de resultado desfavorável ao autuado, ou após decorrido o prazo para apresentação da defesa sem manifestação do notificado, será expedida a notificação, impondo a penalidade e/ou medida administrativa cabível.

Art. 13. Em qualquer caso, as notificações de autuação e de penalidade e/ou medida administrativa serão sempre enviadas ao Titular da Autorização, sendo expedidas e enviadas para o endereço do Titular da autorização constante no cadastro da Secretaria Municipal de Transportes do Município de Mangaratiba.

Parágrafo único. No caso específico de infração atribuída ao condutor auxiliar cadastrado no serviço de moto-frete, este será notificado da mesma forma, prazos e condições do Titular da autorização.

Art. 14. Na notificação deverá constar a data do término do prazo para apresentação da defesa administrativa pelo interessado, que não será inferior a 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação da penalidade e/ou medida administrativa.

11

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

Art. 15. No caso de penalidade de multa, não havendo interesse na apresentação da defesa administrativa, a data para o recolhimento de seu valor será a mesma indicada no artigo anterior para a apresentação da referida defesa.

Seção IV

DOS RECURSOS E DOS JULGAMENTOS

Art. 16. Compete ao órgão autuador junto a Secretaria Municipal de Transportes, como instância revisional, conhecer e apreciar recursos contra as autuações devidamente notificadas, na forma do artigo 10 deste Código Disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para interposição de recurso contra a autuação de que se trata o caput deste artigo, será de 30 (trinta) dias, contado da data de intimação do ato, devendo ser julgado no mesmo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 17. Da decisão do órgão autuador cabe recurso em última instância ao Secretário Municipal de Transportes, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da intimação do ato, devendo ser julgado no mesmo prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A apreciação do recurso previsto no caput deste artigo, encerra a instância administrativa de julgamento de infrações.

Art. 18. A interposição de recurso não acarreta efeito suspensivo da penalidade.

Parágrafo único. Caso os recursos não sejam julgados dentro dos prazos previstos nos artigos antecedentes desta Seção IV, o Secretário Municipal de Transportes do Município de Mangaratiba, poderá conceder-lhe efeito suspensivo, de ofício ou a pedido do recorrente.

Art. 19. O recurso contra a imposição de multa poderá ser interposto no prazo legal sem o recolhimento do seu valor e, no caso de ter sido efetivado o recolhimento da multa previamente à interposição do recurso, se este vier a ser julgado procedente a importância paga será devolvida, devidamente atualizada pela UFIR-RJ.

Art. 20. Esgotados os recursos, as penalidades e/ou medidas administrativas aplicadas nos termos do Código Disciplinar serão cadastradas nos registros adequados da Secretaria Municipal de Transportes do Município de Mangaratiba.

Art. 21. A aplicação da pena de extinção da autorização ou de declaração de inidoneidade será precedida de processo administrativo específico, instaurado por ato do Secretario Municipal de Transportes de Mangaratiba.

§ 1.º O processo será conduzido por uma Comissão mista composta por 03 (três) servidores designados pelo Secretário Municipal de Transportes do Município de Mangaratiba;

§ 2.º Após a instauração, o autorizatário será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita, sendo-lhe facultada a vista do processo no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

12

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

§ 3.º Concluído o prazo para apresentação de defesa, o processo será instruído e relatado conclusivamente pela Comissão, sendo, em seguida, submetido ao parecer e julgamento pelo Secretário Municipal de Transportes do Município de Mangaratiba.

§ 4.º Da decisão que determinar a aplicação das penas de extinção da autorização ou de declaração de inidoneidade caberá, uma vez notificado o autorizatário, recurso ao Conselho Municipal de Transporte, com efeito suspensivo, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 7 de junho de 2023.

Alan Campos da Costa
Prefeito

/Mensagem n.º 19, de 11 de abril de 2023

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.495, DE 7 DE JUNHO DE 2023

Dá nome a Próprio Municipal.

O Prefeito Municipal de Mangaratiba, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º Fica denominado de "**Edelson Ferreira Jordão**", a área de convivência do Centro Esportivo Ely Ferreira Ceia, em Conceição de Jacareí, Mangaratiba-RJ.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 7 de junho de 2023.

ALAN CAMPOS DA COSTA

Prefeito

/Mensagem n.º 22, de 17 de abril de 2023.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECLARAÇÃO DE ITENS DESERTOS E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS FRACASSADOS OU DESERTOS NA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022, DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ELETRODOMESTICO E DE INFORMÁTICA PARA ESTRUTURAR E EQUIPAR A BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU EM ITACURUÇA.

Em face dos elementos constantes no presente processo licitatório, e do disposto no art. 43, inciso VI da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 15, do Decreto Municipal 4595/2021, resolvo:

1) INFORMAR QUE A PREGOEIRA DECLAROU FRACASSADOS OU DESERTOS, OS SEGUINTES ITENS:
01; 02; 03.
02) DECIDO PELA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2023, e autorizo a AQUISIÇÃO DE ITENS FRACASSADOS OU DESERTOS NA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022, DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ELETRODOMESTICO E DE INFORMÁTICA PARA ESTRUTURAR E EQUIPAR A BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU EM ITACURUÇA, em conformidade com as regras estipuladas nas Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal 4595/2021, Decreto Municipal nº 1504/2007, Decreto Municipal nº 1184/2006 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.66/93, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, com suas alterações e demais exigências do Edital os itens dos licitantes abaixo relacionados:

EMPRESA	ITENS	VALOR FINAL LICITADO
PETRA COMERCIAL LTDA-ME CNPJ Nº 45.915.893/0001-33	04; 05; 06	R$ 8.661,87 (oito mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos)

EMPRESA	ITEM	VALOR FINAL LICITADO
VIA LUMEN'S AUDIO, VIDEO E INFORMÁTICA LTDA-EPP CNPJ Nº 08.335.448/0001-78	07.	R$ 1.897,00 (mil, oitocentos e noventa e sete reais)

Mangaratiba, 12 de junho de 2023

Dr. Mair A. Bichara
Secretário de S. de PMM
CRM 52.120-2

Mair Araujo Bichara
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE



EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nivea Marques
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferreira Vasconcellos

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal